

Panorama do aborto no Brasil é tema de evento online - Dia 10/07, às 09h

No próximo sábado, dia 10 de julho às 9h, acontece o evento gratuito e online “A concepção do aborto no Brasil” apresenta um panorama histórico e atual do aborto no país. O encontro faz parte da abertura do Grupo de Estudos sobre a Interrupção da Gestação - ([GEIG - FMUSP](#)). Na ocasião serão apresentados tópicos relacionados a interrupção voluntária da gestação nas perspectivas da medicina, psicologia, ética e direito.

Na programação mesas com as temáticas: o aborto no SUS, legislação do aborto, atendimento das vítimas de violência sexual e postura e ética dos profissionais da saúde serão abordados pelos participantes. As inscrições podem ser feitas [aqui](#). E haverá emissão de certificados pelo Centro Acadêmico Oswaldo Cruz - [CAOC](#).

Confira a programação:



Direito ao aborto: Uma conquista das mulheres, por José Henrique Rodrigues Torres

(Justificando | 17/03/2021 | Por [José Henrique Rodrigues Torres](#))

No espectro dos Direitos Humanos, direitos conquistados não suportam retrocesso. Não se admite marcha à ré! Vale, sim, a cláusula da proibição do

avanço reacionário. Não há tergiversar. Se as mulheres conquistaram o direito de estudar, de votar, de não sofrer violência nem discriminação, de exercer plenamente a sua sexualidade, não é possível retroceder. As leis e políticas públicas implantadas para garantir esses direitos não podem ser aniquiladas nem reduzidas no seu alcance ou abrangência. Os direitos humanos devem ser aplicados e garantidos sob a perspectiva de conquista, reconhecimento e consolidação de direitos, o que implica a inadmissibilidade de retrocessos.

No seu movimento dialético, o sistema de proteção dos direitos humanos, sempre em construção, ainda que projetado sob a perspectiva de uma universalidade utópica, caminha para transformar a sociabilidade, desenvolvendo-se a partir de conquistas históricas, éticas e axiológicas. A vida social, na sua dimensão material, construída a partir dessas conquistas, não é um amontoado de fatos fortuitos. As mulheres, inserindo-se nesse projeto civilizatório, para garantir a sua dignidade e conquistar a igualdade material, enfrentam uma luta histórica contra a cultura androcêntrica, preconceituosa e, inclusive, racista, fruto de uma ideologia patriarcal hegemônica e fundada, sobretudo, na desigualdade, que, no âmbito da sexualidade e das relações de gênero, reproduz dominação e exclusão nas sociedades estruturadas na exploração e nas formas assimétricas de poder nos espaços público e privado. E, nessa luta renhida, se as mulheres conquistaram, no âmbito da legalidade, a licitude do aborto praticado para salvar a vida da gestante e, também, nos casos de gravidez resultante de crimes contra a dignidade sexual, bem como, na arena do STF, o reconhecimento de que nem sequer caracteriza “aborto” a interrupção da gestação nos casos de malformação fetal com inviabilidade de vida extrauterina, não se pode admitir qualquer retrocesso. Essas conquistas são irreversíveis. É preciso avançar. Retroceder, jamais.

José Henrique Rodrigues Torres é juiz de direito do TJSP e membro da AJD - Associação Juízes para a Democracia

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

“Há grande chance de perdermos direito ao aborto legal”, diz pesquisadora

[\(Universa | 26/02/2021 | Por Camila Brandalise\)](#)

Dos 46 projetos sobre aborto que estão em tramitação hoje na Câmara dos Deputados, 40 proíbem ou criam algum tipo de restrição à legislação vigente, que autoriza a interrupção de gravidez em caso de estupro, risco à mãe e anencefalia. Desses 40, 11 são de 2019 - o levantamento foi feito por Universa a partir das ações legislativas disponíveis para pesquisa no site da Câmara. Era esperado que, em 2020, esse assunto, parte das chamadas pautas morais, voltasse ao debate, mas foi freado com o avanço da pandemia.

Em 2021, porém, com um novo presidente na casa, o deputado federal Arthur Lira (PP-AL), que já declarou ser contrário ao aborto, os projetos devem ir à votação. É o que espera a ala conservadora, que já no início de fevereiro, primeiro mês de trabalhos da casa, propôs dois novos PLs para pressionar Lira, de autoria das deputadas Carla Zambelli (PSL-SP) e Chris Tonietto (PSL-RJ). Esta última, inclusive, enviou uma carta a Lira em que fala da necessidade de se pautar o tema.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Guia e vídeo ampliam o acesso à informação sobre o aborto legal no Brasil

[\(Themis | 22/02/2021 | Acesse no site de origem\)](#)

Em um momento de graves ameaças aos direitos reprodutivos das mulheres brasileiras, a Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos e o Fórum Aborto Legal RS publicam nesta segunda-feira (22/2) o **Guia do Aborto Legal e de Cuidado à Pessoa em Situação de Violência Sexual** e um vídeo explicativo sobre o tema.



[**Clique para fazer o download**](#)

O material tem o objetivo de ampliar o acesso à informação, reunindo informações sobre violência sexual e direito à interrupção legal da gravidez no país e elencando também os hospitais de referência no atendimento à violência sexual e ao aborto legal no Rio Grande do Sul.

A edição 2020 do [Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#) 2020 mostrou que 181 estupros são registrados por dia no país - e 57,9% das vítimas têm até 13 anos. A gravidez que decorre por abuso sexual é um dos casos nos quais o

aborto é permitido por lei, mas a pandemia de coronavírus aumentou ainda mais os obstáculos para o acesso aos serviços de saúde, especialmente para as mulheres e meninas mais pobres.

Em formato de e-book, o guia foi elaborado durante o projeto “Articulando redes para ampliar o acesso e qualificar o atendimento de mulheres em situação de aborto legal no SUS”, desenvolvido em 2020 com o apoio da Fundação Luterana de Diaconia. Os resultados do projeto serão apresentados na quinta-feira (25), durante a Plenária ampliada do Fórum Aborto Legal Rio Grande do Sul. Para maiores informações, escreva para o e-mail forumabortolegalrs@gmail.com

Além da contribuição da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos e do Fórum Aborto Legal RS, o texto do guia teve apoio e cooperação do Ministério Público Federal. “O lançamento do guia neste momento é relevante, na medida em que encontramos muitas informações contraditórias a respeito do tema circulando na mídia. O guia vem esclarecer às mulheres vítimas de violência sexual a respeito de seus direitos e dos serviços de saúde disponíveis para o seu acolhimento”, afirma a procuradora da República no Rio Grande do Sul Suzete Bragagnolo.

Assista ao vídeo

Quais números mudam após a legalização do aborto?

[\(GizModo | 22/02/2021 | Por Erika Nishida\)](#)

No final do ano passado, as argentinas foram às ruas celebrar a [legalização do aborto no país](#). Com a nova legislação, a prática deixou de ser crime e a Argentina se tornou a 67ª nação do mundo a permitir a interrupção da

gravidez a pedido da mulher. A mudança foi aprovada no Senado argentino após 38 votos a favor e 29 contra, o que indica que, apesar do resultado favorável, o tema ainda enfrenta forte resistência. Grande parte dessa oposição é motivada por questões religiosas, e o debate certamente não é de agora e muito menos limitado à região.

Sendo a favor ou contra, o fato é que a criminalização do aborto é responsável pela morte de milhares de mulheres ao redor do mundo anualmente. Ao mesmo tempo, países que descriminalizaram a prática observaram mudanças nos mais diversos números relacionados direta e indiretamente ao tema. Para entender o que muda na prática com a legalização, o **Gizmodo Brasil** analisou os dados de diferentes países e conversou com três especialistas para discutir o cenário em nosso país.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Damares Alves defende na ONU ‘vida desde a concepção’, contrariando legislação brasileira sobre aborto

Na 46ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, ministra também afirmou que governo executou ‘o maior orçamento’ para proteção da mulher dos últimos cinco anos. Ela não mostrou os números. Femicídio cresceu 16% no auge da pandemia

[\(Celina/O Globo | 22/02/2021\)](#)

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, reiterou internacionalmente a posição do governo do presidente Jair Bolsonaro contra

o direito ao aborto. Em pronunciamento online feito nesta segunda-feira (22), na 46ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Damares disse que o Brasil continuará “firme” na defesa “da vida a partir da concepção”.

Acesse a matéria completa no site de origem.

Deputados apostam em Lira para avançar com pauta antiaborto

[\(Congresso em Foco | 11/02/2021 | Por Thais Rodrigues e Edson Sardinha\)](#)

Deputados que se autodeclararam conservadores pretendem aproveitar a gestão de [Arthur Lira \(PP-AL\)](#) à frente da Câmara para dar andamento à pauta antiaborto, engavetada pelo ex-presidente [Rodrigo Maia \(DEM-RJ\)](#). Apoiado pela bancada evangélica e pela Frente Parlamentar Mista contra o Aborto e em Defesa da Vida, Lira enfrentará pressão de deputados e senadores para tornar mais dura a [legislação contra o aborto](#) no Brasil. A iniciativa, no entanto, já enfrenta resistência no Congresso.

A presidente da frente parlamentar, deputada [Chris Tonietto \(PSL-RJ\)](#), afirma que Lira se comprometeu a apoiar ações do grupo no plenário e nas comissões da Casa. Durante a campanha à presidência da Câmara, Tonietto entregou ao então líder do Centrão um termo de compromisso contra as pautas de gênero, sexualidade, família e direito ao aborto.

[***Acesse a matéria completa no site de origem.***](#)

Que seja lei aqui também! As lições que podemos aprender com a legalização do aborto na Argentina

A onda verde não vai chegar ao Brasil sozinha. A luta das argentinas mostra que é preciso muita ação e mobilização para fazer a legalização do aborto acontecer. Sorte que podemos aprender com a conquista de nossas vizinhas!

[\(AzMina | 09/02/2021 | Por Marcelle Souza\)](#)

Era madrugada do dia 30 de dezembro quando, para a socióloga Dora Barrancos e para milhares de hermanas ativistas, a Argentina passou a ser um país mais igualitário e justo. Enquanto o Senado votava e aprovava a legalização do aborto até a 14ª semana de gestação, elas se abraçavam comovidas na porta do Congresso ao rememorar o enorme número de vidas que a criminalização do procedimento vitimou ao longo dos tempos. “Com a sanção da lei todas as emoções transbordaram”, conta Dora.

Em 2018, nós, brasileiras, fizemos uma vigília parecida, em frente ao STF (Supremo Tribunal Federal), onde era realizada uma audiência para discutir a [ADPF 442](#), que pede a descriminalização o aborto no país. Mas o desfecho não foi o mesmo e a vigília brasileira não terminou em celebração. Não só a votação da ADPF 442 está parada até hoje, como os movimentos políticos têm sido todos no sentido de [restringir ainda mais o direito por aqui](#).

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Brasileiros acreditam que mulheres não denunciam estupro sobretudo por vergonha, aponta pesquisa

Dados exclusivos mostram percepção dos brasileiros sobre estupro e acesso ao aborto legal.

[\(HuffPost | 09/11/2020 | Por Marcella Fernandes\)](#)

Vergonha e medo - de que os outros saibam e de serem desacreditadas - são os principais motivos apontados por brasileiros para que as mulheres não procurem a polícia em caso de estupro. Os dados são parte da pesquisa *Percepções sobre estupro e [aborto](#) previsto por lei*, feita pelo Instituto Patrícia Galvão e pelo Instituto Locomotiva, à qual o HuffPost Brasil teve acesso com exclusividade.

De acordo com o levantamento, a maioria acredita que as vítimas não costumam denunciar os casos (53%). Entre esse grupo, também a maioria (66%) aponta o constrangimento como razão para manter silêncio perante as autoridades. A mesma parcela (66%) também considera a “vergonha” um importante fator que limita as denúncias.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Eleições nos EUA: tema que

mobiliza o Partido Republicano, aborto nem sempre foi proibido por igrejas cristãs americanas. Entenda

Em artigo, jornalista Nicholas Kristof, do 'New York Times', questiona o apoio de pessoas religiosas ao chamado movimento 'pró-vida' e lembra que a Igreja nem sempre foi contrária à interrupção da gravidez

[\(Celina/O Globo | 02/11/2020 | Nicholas Kristof, do New York Times\)](#)

Milhões de cristãos americanos estão inclinados a votar no [presidente Donald Trump](#) na terça-feira (3) porque acreditam ser uma obrigação religiosa apoiar um presidente que nomeará juízes “pró-vida” à Suprema Corte dos EUA.

Mas tenho observado que há uma revisão incipiente em andamento nos círculos evangélicos e católicos sobre o que significa ser “pró-vida”, e deixe-me tentar engrossar esse caldo: a verdade é que a [abordagem em relação ao aborto](#) por parte de muitos cristãos conservadores é anômala, tanto religiosa quanto historicamente.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)